

## **DEFICIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS**

Ivan Ricardo de Melo (Graduando), e-mail: ivanricardodemelo@hotmail.com

Keila Pinna Valensuela (Orientadora), e-mail: keilapinna@hotmail.com

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *campus* Paranavaí

**Resumo:** A proposta é apresentar sucintamente a pesquisa a ser desenvolvida em 2022, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Objetiva-se elencar os limites e possibilidades de acesso aos direitos das pessoas com deficiência, a partir da realidade vivenciada pelos/as alunos/as com Transtorno de Espectro Autista (TEA) atendidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alto Paraná-PR. Será realizada uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, com levantamento de categorias e abordagem descritiva. Para tanto, compreende-se a deficiência como uma expressão da questão social, contextualizada a partir do capitalismo, da discussão das políticas públicas e direitos humanos, na perspectiva crítica.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência, questão social, inclusão social.

### **Introdução**

Em 2022, para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propõe-se como objeto de pesquisa os limites e possibilidades de acesso aos direitos das pessoas com deficiência, a partir da realidade vivenciada pelos/as alunos/as com Transtorno de Espectro Autista (TEA) atendidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alto Paraná-PR. O objetivo é elencar estes limites e possibilidades, considerando a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social na instituição. O interesse pela TEA<sup>1</sup>, surgiu desde o início da graduação no ano de 2018 e se destaca entre os vários tipos de deficiência atendidos pela APAE.

A partir da década de 1980, registraram-se leis, decretos e resoluções de apoio a integração e demais garantias da pessoa com deficiência, acrescentando a esses, a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que implementa estatutos já

---

<sup>1</sup> A Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, define o transtorno da seguinte forma: “deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento” (BRASIL, 2012, on-line).

promulgados pela Convenção dos Direitos<sup>2</sup> e reafirma o conceito de deficiência, presente em todos os documentos subsequentes, relativos à temática:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Através da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2021, compreende-se por barreiras, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Ademais, em seu artigo 5º, a Lei propõe a proteção da pessoa com deficiência (PcD) de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, tratamento desumano ou degradante e considera especialmente vulnerável - crianças, adolescentes, mulheres e idosos - salienta a dupla vulnerabilidade e a necessidade da articulação das políticas públicas voltadas às mulheres, idosas e meninas com deficiência.

O artigo 6º da mesma Lei afirma que a deficiência não pode afetar a capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, bem como o planejamento familiar, a conservação da fertilidade, direitos familiares e de convivência, guarda, tutela, curatela e adoção em iguais oportunidades com as demais pessoas. O preconceito de gênero, somado à subestimação das capacidades em razão de deficiência, intensificam-se como barreiras para as meninas, mulheres e idosas, prejudicando sensivelmente suas condições da vida.

Partindo do pressuposto que a deficiência é uma das expressões da questão social, a discussão teórica está centrada no contexto capitalista, políticas

---

<sup>2</sup> A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência aconteceu 30/03/2007, em Nova York. Nessa convenção, organizada pela Organização da Nações Unidas (ONU), reconhece-se a deficiência como um conceito em evolução, bem como a diversidade das pessoas com deficiência, além de ressaltar a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero aos esforços de promover o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais para as PcD (BRASIL, 2009).

públicas e direitos humanos, a partir do texto da autora Ana Carolina Castro P. Cunha.

## **Materiais e métodos**

Para a realização da pesquisa será utilizado o método dialético. Segundo Paulo Netto (2011), quanto ao método, coloca-se que, o posicionamento crítico e investigativo parte do pesquisador para desvendar a estrutura e a dinâmica do sujeito, do objeto.

Considerando a particularidade institucional, escolhemos especificamente como sujeitos da pesquisa, os/as alunos/as com autismo. A pesquisa será qualitativa, realizada a partir de levantamento de categorias analíticas e empíricas. A análise documental terá como referência a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e os documentos fornecidos pela instituição, tais como: fichas dos/as alunos/as, anamneses, relatórios, registros e outros.

Neste resumo, especificamente, a proposta metodológica é apresentar a primeira aproximação com a temática, a partir da revisão bibliográfica, documental e abordagem descritiva.

## **Resultados e Discussão**

As políticas públicas surgem como meio de enfrentamento das expressões da questão social, ligadas diretamente à garantia de direitos e de iguais oportunidades a todos e todas, diante das barreiras que os desiguais enfrentam no seu cotidiano, de acordo com a realidade vivenciada.

Segundo Cunha (2021), as barreiras sociais, resultantes da relação capital e trabalho, tornam a experiência da deficiência desigual ao ser relacionada com as pessoas sem deficiência. Portanto, a deficiência pode ser considerada como uma expressão da questão social.

A deficiência compreendida como expressão da questão social ocorre, pois ela em muitos momentos é vista como uma questão de desvantagem social. É importante refletir que a docilização dos corpos os molda para lógicas produtivas, e as pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do mercado de trabalho e da sociedade em si. A exclusão não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem

desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no sistema capitalista (CUNHA, 2021, p.304).

A autora parte da compreensão de que a sociedade capitalista estabelece um padrão de normalidade dos corpos, sua utilidade, atribuindo certa inferioridade, sem considerar a diversidade humana. Além disso, as pessoas com deficiência constituem o exército industrial de reserva, portanto, o debate deve ser direcionado para concepção de construção social, não apenas individual e médica.

Complementa que, o acesso aos direitos no capitalismo se apresenta de forma contraditória, pois ao mesmo tempo que promove bem-estar, busca também conter as manifestações e assegurar a continuidade do sistema. Garante direitos, mas mantém as condições de reprodução do capitalismo.

Os movimentos sociais e a institucionalização do atendimento são importantes para a história dos direitos humanos, no enfrentamento da discriminação e segregação da pessoa com deficiência. Todavia, é necessário refletir “sobre como o processo da contradição das Políticas Sociais garante direitos sociais, permite a reprodução desse sistema e cria o sujeito ideal beneficiário” (CUNHA, 2021, p.303).

### **Considerações finais**

As vulnerabilidades são resultantes da relação entre capital e trabalho, colocando a pessoa com deficiência em situação de desvantagem social. Para ingressar no mercado de trabalho, o sujeito é moldado para ser produtivo, ocorrendo a exclusão das pessoas com deficiências por não serem considerados corpos úteis para o sistema capitalista.

E pensar o acesso aos direitos humanos, com base na perspectiva crítica, é considerar que um determinado grupo encontra-se excluído socialmente, limitando sua emancipação humana à emancipação política. Desta forma, as barreiras sociais podem ser amenizadas, mas não eliminadas.

### **Referências**

BRASIL. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com**

**Deficiência.** Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)  
Acesso em: 20 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 13 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Lei nº 12.764, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 20 mai. 2022.

CUNHA, Ana Carolina Castro. **Deficiência como expressão da questão social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy/#:~:text=As%20barreiras%20sociais%2C%20consequ%C3%Aancia%20da,como%20express%C3%A3o%20da%20quest%C3%A3o%20social> Acesso em: 17 mai. 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.